

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**



8
9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CEAS/PR**
10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINARIA CEAS/PR 09/05/2014**
11

12 Aos nove dias do mês de maio do ano de 2014 às 9h e 30min, no auditório da Secretaria de
13 Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, sita no 7º andar do Palácio das Araucárias,
14 a rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, fizeram-se
15 presentes os Conselheiros que integram o **Conselho Estadual de Assistência Social –**
16 **CEAS/PR**, já presentes no Plenário, uma vez que participaram inicialmente da **Assembleia**
17 **Extraordinária** que aprovou as alterações ocorridas no Regimento Interno do Conselho.
18 Reiterada a auto-apresentação, contabilizou-se as seguintes presenças:- Conselheiros Maria
19 Auxiliadora CRAS de Sarandi), Olinda Lopes (CRAS – Conselheiro Mayrink), Artur (Nasa de Foz
20 do Iguacu), Adriana de Lima (CRESS- União da Vitória), Ataise Maronese (NUCRESS – Ponta
21 Grossa), Plínio Madureira (APAE de Jacarezinho), Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco
22 Beltrão), Leandro N. Meller (SEDS), Elenice Malzoni (SEDS), Tatiana Pozza (SEDS), José Maia
23 (SETI), Noemi Brittes (SESA), Laura de Souza (CRESS – Cornélio Procópio), Franciele Schimtz
24 (Escritório Regional de Francisco Beltrão), Delvana Oliveira (SEED), Vanderlei A. Da Silva
25 (Pastoral da Criança de Cascavel), Dr. Diogo C. Rodrigues (Procuradoria do Estado), Evandra
26 Bazzo (SEPL) Lorena M. Gonçalves (COHAPAR), Nircelio Zobot (CRC/SEDS) – **Presenças** – Dr.
27 Wyvianne, Dr. Fernando (Residente Técnico). ***Apreciação da pauta** – dada a relevância de
28 diversos assuntos, foram solicitadas algumas inserções na pauta apresentada, a saber:- 1) –
29 Indicação de representação para o Seminário do Plano Decenal. 2) Indicação de representação
30 para o encaminhamento da revisão da Lei do CEAS (Conselheiro Leandro). 3) Cofinanciamento
31 federal – ações estratégicas do PETI (Conselheira Elenice). 4) Reiterar para Ponta Grossa a
32 Participação do Conselheiro Leandro na reativação do Fórum de Castro. 5) Enfoque da reunião
33 descentralizada do CNAS em Brasília – Programa Família Paranaense (Conselheiro Artur) 6)
34 Oficina – SUAS (Conselheiro Nircelio) 7) Informe – Núcleo Estadual pela Cultura da Paz. 8)
35 Vagas para reunião ampliada e formação nos municípios e informe sobre as enchentes ocorridas
36 em Francisco Beltrão. Nessa altura, foi sugerido pelo **Conselheiro Artur** que as questões
37 referentes ao Programa Família Paranaense, sejam colocadas num informe unificado, já que são
38 abordadas nas Comissões e depois de forma repetitiva na plenária. Respondendo, a
39 **Coordenadora Letícia Reis** apontou: as demandas a serem discutidas bem como os informes
40 gerais são levados para a Comissão. Dessa Forma será possível acatar essa sugestão. ***A pauta**
41 **foi considerada aprovada. *Apreciação da ata** – Aprovada a ata referente à Assembleia de
42 abril/2014, sem alterações ***Informes da Secretaria Executiva Helena Navarro Gimenez.**
43 * Em 22/04/14 – Recebido ofício nº 027/2014, procedente da Rede Nacional de pessoas
44 vivendo com HIV/AIDS – com complementação de documentação para análise de recurso. * Em
45 23/04/14 – recebido ofício nº 002/2014 da CRC/SEDS – contendo orientações aos Operadores
46 do Cadastro Único sobre o Benefício Renda Família Paranaense. * Em 24/04/14 – recebido ofício
47 nº0869/2014 procedente da SESA – contendo convite para a reunião para a criação do Núcleo
48 Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e Cultura de Paz. * Em
49 25/04/14 recebido o ofício nº 10/2014, do CMAS de Itaperuçu, em resposta ao Ofício nº
50 020/2014 – CEAS – Censo Suas. * Em 30/04/2014 – Memorando nº278/2014 do Escritório
51 Regional de Curitiba, referente a documentação de entidade – Associação de Moradores e
52 Amigos do Bairro Vila Gusso e Jardim Paraná – apresenta recurso. * Em 30/04/2014 – recebido
53 Telegrama do MDS referente a cofinanciamento federal – Centro POP. * Em 05/05/14 –
54 recebido Memo nº108/2014 do Escritório Regional de Londrina, trazendo justificativa do
55 Município de Miraselva sobre o não preenchimento do CENSO – Conselhos/2012. * Foi
56 apresentada a justificativa de ausência da **Conselheira Gladys**, impossibilitada de comparecer
57 a reunião de Comissões (8/5), tendo em vista estar participando da visita de monitoramento ao
58 Município de Foz do Iguacu. Já na plenária terá um atraso, tendo em vista estar acompanhando
59 o pai em consulta médica. Já o Conselheiro Artur (NASA) esteve participando da Reunião
60 Ampliada do CNAS no dia 08/05; sendo assim não compareceu a Reunião das Comissões.
61 ***Comissão de Acompanhamento aos CMAS – Helena Navarro Gimenez. Ofício**

62 **nº002/2014 do CRAS de Farol, referente ao não preenchimento do Censo Conselhos**
63 **2012:** A Técnica do município, informou que após a mudança de gestão municipal ocorrida no
64 início de 2013, a equipe da política de assistência social já foi alterada duas vezes, e que a atual
65 equipe não tinha conhecimento sobre o não preenchimento do Censo pelo município no ano de
66 2012. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Ofício nº10/2014 do**
67 **CMAS de Itaperuçu, referente ao não preenchimento do Censo Conselhos 2012:** A
68 Presidente do CMAS de Itaperuçu colocou que no ano de 2012 não foi possível realizar nenhuma
69 reunião do CMAS por conta da dificuldade em reunir os representantes governamentais; desta
70 forma, o Conselho não foi atuante no ano de 2012, como também não há registro de Atas.
71 Informa que neste momento, o Conselho está ativo e encaminhou cópia do preenchimento do
72 Censo Conselhos 2013. **Parecer da Comissão:** Diante da informação encaminhada sobre o não
73 funcionamento do Conselho no ano de 2012, a Comissão deliberou pelo encaminhamento da
74 referida situação ao Ministério Público, tendo em vista o descumprimento da Lei Municipal que
75 cria o Conselho Municipal de Assistência Social. **Parecer do CEAS:Aprovado, e solicita o**
76 **encaminhamento do ofício recebido pelo CEAS do presidente do atual Conselho em**
77 **anexo à notificação ao MP. Ofício nº10/2014 do Departamento de Assistência Social**
78 **de Miraselva, referente ao não preenchimento do Censo Conselhos 2012:** A Gestora do
79 município encaminhou cópia do ofício enviado ao CEAS em dezembro de 2012, colocando sobre
80 a perda do prazo pelo município para o preenchimento do Censo Conselhos 2012. Ela também
81 encaminhou cópia do e-mail enviado à Vigilância Socioassistencial do SUAS/MDS no ano de
82 2012, solicitando a reabertura do Sistema. A Gestora justifica, que houve um equívoco em
83 relação aos outros prazos de preenchimento dos Instrumentos de Gestão e por isso, o município
84 acabou perdendo o prazo do Censo Conselhos. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do**
85 **CEAS: Ciente. Inclusão de Pauta: Comunicado do CNAS em relação às pendências do**
86 **CEAS/PR identificadas no Censo Conselho do ano de 2013:** A Secretaria Executiva do
87 CEAS, informou que o Conselho Nacional encaminhou e-mail ao Conselho Estadual, solicitando
88 providências em relação às pendências identificadas no Censo do CEAS/PR do ano de 2013. Tais
89 pendências, não se referem à ausência de preenchimento de alguma questão, e sim, ao
90 funcionamento do Conselho, sendo elas: a) Ano de publicação da Lei que criou o Conselho:
91 1996. b) A lei foi atualizada em 2013. Conselho possui regimento interno atualizado em 2013.
92 c) As atas do conselho não são publicizadas, ficam no conselho em local de livre acesso para a
93 população usuária e são enviadas aos conselheiros e ou entidades e disponibilizadas no site do
94 Conselho. d) O conselho não tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente,
95 somente mediante denuncia. e) O Conselho conhece, mas não acompanha o cumprimento do
96 Plano Decenal da Assistência Social. f) Não Realiza visitas nas unidades da rede
97 socioassistencial. g) Não Acompanha votações/discussões no Poder legislativo local. h)
98 Atualmente não tem entidades inscritas no conselho. Diante dos itens pontuados como
99 pendência pelo Conselho Nacional, a Secretária Executiva fez contato telefônico com a
100 responsável pelo envio das informações, afim de solicitar justificativas pela cobrança e de
101 informar os trabalhos que o CEAS está desempenhando sobre os itens acima. Também foi
102 mencionado pela Secretaria Executiva que o Censo Conselhos é um Instrumento de Gestão com
103 questões objetivas, não sendo possível incluir outras informações sobre o funcionamento do
104 CEAS. Após os esclarecimentos prestados ao Conselho Nacional, o referido Conselho
105 reencaminhou o e-mail ao CEAS resumindo as pendências, sendo elas: a) O conselho não tem
106 planejamento das fiscalizações realizadas anualmente, somente mediante denuncia. b) O
107 Conselho conhece, mas não acompanha o cumprimento do Plano Decenal da Assistência
108 Social. Não Acompanha votações/discussões no Poder legislativo local. **Parecer da Comissão:**
109 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Inclusão de Pauta: Funcionamento do Conselho**
110 **Municipal de Assistência Social – CMAS de Ponta Grossa:** A Secretaria Executiva do CEAS
111 lembrou os conselheiros sobre os encaminhamentos deliberados pelo Conselho Estadual na
112 reunião de abril de 2014. Ela informou que o CMAS de Ponta Grossa retornou com ofício de
113 resposta ao CEAS somente no dia 07/05, por e-mail, as 16h27, não sendo possível realizar
114 análise minuciosa sobre todos os documentos encaminhados para apresentação na Comissão.
115 Assim, ela sugere que o referido assunto retorne na reunião de junho, com análise da Secretaria
116 Executiva e Assessoria Técnica sobre todos os documentos encaminhados. A Secretária
117 Executiva também informou que foram encaminhados via e-mail no 07/05, outros documentos
118 do CMAS de Ponta Grossa denunciando o posicionamento da referida Instância na aprovação da
119 inscrição de uma Entidade no Conselho. A Secretaria Executiva do CEAS já informou por e-mail
120 ao denunciante que o CEAS possui um fluxo de recebimento de denúncias, e que no momento,
121 o CEAS estava analisando a denúncia referente ao processo eleitoral da sociedade civil. **Parecer**
122 **da Comissão:** Reiterar ofício à Prefeitura Municipal solicitando o prazo de 10 dias corridos para

123 resposta ao CEAS, com as informações solicitadas no primeiro ofício encaminhado. Encaminhar
124 ofício ao CMAS de Ponta Grossa, orientando que o Conselho Municipal protocole no CEAS/PR a
125 denúncia referente à inscrição da Entidade SOS, visando a análise e tramitação de outro
126 protocolo que pode ter encaminhamentos diferentes da primeira denúncia encaminhada. Será
127 reforçado ao município e aos conselheiros da sociedade civil que estão encaminhando as
128 denúncias, **o fluxo que o CEAS possui para o recebimento de denúncias.** Parecer do
129 CEAS: Aprovado. Na continuidade, pediu a palavra a Conselheira Ataise (NUCRESS) objetivando
130 ainda repassar alguns pormenores referentes a situação do CMAS de Ponta Grossa, assunto já
131 discutido na Comissão. (Denúncia). Complementou afirmando que as denúncias procedem, a
132 entidade em pauta tem cunho assistencialista, não executa a Política da Assistência Social e não
133 Houve também posicionamento do Ministério Público. A Comissão se reuni e detectou diversas
134 situações que não permitem um novo cadastramento. Deixou registrada assim esse cunho de
135 abuso, que na verdade desmoraliza não só o CMAS, mas também o CEAS/PR. Esse Colegiado
136 tem um papel muito claro e correto frente à política e os gestores muitas vezes se utilizam do
137 CMAS como máquina de manobra. Objetivando agir de forma imparcial, a **Presidente Roseli**
138 considerou serem necessários outros documentos. Verificar se a composição é regular. **O Vice-**
139 **Presidente Leandro (SEDS)** entendeu que essa composição deverá ser muito bem avaliada,
140 com o parecer do MP. Caso esteja irregular, as deliberações serão consideradas nulas. Reiterar
141 a solicitação de manifestação do Prefeito, com prazo de 15 dia. De maneira oportuna, a
142 **Presidente Roseli Tonello** informou que **Leandro Meller** (Assessor Técnico da SEDS) vem
143 promovendo capacitações nos Municípios dirigidos aos Conselhos Municipais, abordando o
144 desenvolver dessa Política. *Registrada a Chegada da **Conselheira Dulce Darolt (SEJU) às**
145 **9h50min.** No que se refere a explanação do Plano Decenal. Desejou registrar que é um
146 compromisso de todos fazerem sair do papel. Dirigindo-se ao plenário, a **Conselheira**
147 **Delvana(SEED)** ressaltou a importância desse Plano, com o desafio de agregar as Secretarias
148 afins com apresentação didática. Chamou a atenção para o processo evolutivo; olhando as
149 situações presentes, o Plano (Crianças e Adolescentes) possui objetivos e metas, propondo
150 outras ações para aquelas não atingidas. Referindo-se ainda ao Plano Decenal, a **Conselheira**
151 **Marli** relatou ter estado em Brasília, durante a capacitação do Plano de Convivência Familiar e
152 Comunitária representando o CEDCA. Na ocasião atuou ao lado das representações de todos os
153 CEDCAS do Brasil, e mais uma vez presenciou com gozo a performance do Estado do Paraná,
154 realmente o único a apresentar o seu Plano já organizado, com a riqueza de construção. O
155 **Vice-Presidente Leandro** julgou oportuno informar que até a primeira quinzena de junho será
156 realizado o Seminário de Lançamento do Plano Decenal. Indicações dos **Conselheiros**
157 **Governamentais Delvana e Francielle – Sociedade Civil:- Conselheiros Plínio, Roseli,**
158 **Ataise, Maria Auxiliadora e Adriana** para participarem desse lançamento. *Registrada a
159 chegada da **Conselheira Gladys(SEDS)** as 10h 20min. Ficou Também definido que a
160 apresentação do Conselheiro Leandro poderá ser levada a efeito na Reunião Ampliada de 6 de
161 junho, como ultimo item da pauta – **Aprovada.** Na sequência, o Conselho mobilizou-se para
162 parabenizar as servidoras **Michelly Miranda e Gladys** por seus aniversários e Conselheira
163 Ataise. * **Relatos das Comissões Permanentes.** * **Comissão de Financiamento e**
164 **Gerenciamento do Fundo – Relatora:-** A relatoria foi feita pelo Conselheiro Leandro. em Foz
165 do Iguaçu. **Protocolo 13.172.099-8 confecção de material gráfico (cartilha informativa**
166 **e guia de orientações sobre o benefício renda família paranaense:** A Sra. Paula,
167 integrante da equipe da Unidade Técnica do Família Paranaense esteve presente na reunião e
168 trouxe informações sobre o pagamento do benefício renda família paranaense informando que
169 algumas famílias estão apresentando dificuldade para efetuar o saque do referido recurso, bem
170 como informando que esta dificuldade é originária, na maioria das vezes, por desconhecimento
171 sobre o benefício. Neste sentido a Unidade Técnica estudou a questão e propõe a elaboração de
172 um material orientativo sobre o benefício transferência de renda família paranaense. A técnica
173 Paula informou o Conselho que o referido material está em fase de elaboração mas ainda
174 depende de um parecer formal da secretaria de comunicação sobre seu conteúdo, bem como
175 parecer do Núcleo Jurídico sobre a possibilidade deste material ser divulgado, tendo em vista
176 que o material será divulgado durante todo o ano, inclusive durante o período eleitoral.
177 Apresentou ainda a necessidade do conselho aprovar a impressão do material com recursos do
178 FEAS. **Parecer da Comissão:** Aprova a iniciativa da elaboração do material, bem como
179 entende que o mesmo deverá ser encaminhado para aprovação pela Comunicação e pelo Núcleo
180 Jurídico, bem como ao GFS e GOS para indicação de recurso para custear a impressão,
181 retornando após ao CEAS para aprovação definitiva. Solicita ainda que seja verificado a
182 possibilidade da gravação de um vídeo e áudio para veicular na RTVE e demais mídias.
183 **Parecer do CEAS:** Aprova que a confecção seja feita por meio de um termo de cooperação

184 técnica com a SECS e que seja realizada com recurso já previstos no Plano de Ação
185 FEAS/2014, podendo a Unidade Técnica adotar as medidas necessárias para a confecção deste
186 material a partir dessa reunião.

187 **Balancete FEAS abril/2014.** Por solicitação do Grupo Financeiro Setorial encaminhada pela
188 conselheira marcela foi solicitado a retirada de pauta e o balancete de abril será apresentado na
189 reunião de junho junto com o balancete de maio. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer**
190 **do CEAS: Aprovado. Dúvidas do município de Araucária sobre o fundo municipal de**
191 **assistência social.** Foi encaminhado um email de um conselheiro do Conselho Municipal de
192 Assistência Social do Município de Araucária questionando sobre a necessidade da
193 regulamentação do Fundo Municipal de Assistência Social, o qual foi criado por Lei mas não
194 possui nenhum outro ato normativo de regulamentação. A Comissão tomou conhecimento do
195 questionamento, mas o mesmo não veio acompanhado da referida Lei o que tornou impossível a
196 análise para parecer da comissão. Neste sentido a comissão, por seus membros entende que,
197 para que o CEAS possa se manifestar de forma correta e adequada o Conselho Municipal deverá
198 encaminhar um expediente ao CEAS com o questionamento juntamente com a cópia da referida
199 Lei de Criação, bem como cópia do cartão de CNPJ do referido fundo, para, somente após isto
200 podermos analisar o questionamento e emitir parecer do CEAS. **Parecer da Comissão:**
201 Encaminhar ofício ao conselho municipal informando que, para que seja possível a análise e
202 manifestação CEAS é necessário que o CMAS encaminhe os questionamentos juntamente com a
203 cópia da referida Lei e do Cartão de CNPJ. **Parecer do CEAS: Aprovado. Aprovação dos**
204 **planos de aplicação dos convênios da PSE referente ao acolhimento institucional:** As
205 técnicas Consuelo e Carmen da Coordenação de Proteção Social Especial trouxeram para a
206 comissão o histórico sobre a questão da manutenção do atendimento em acolhimento
207 institucional realizado por quatro instituições e lembraram que este assunto já vem sendo
208 acompanhado por este conselho e que neste momento é necessário submeter ao CEAS a
209 aprovação da reserva de recursos financeiros do FEAS para manutenção do atendimento
210 realizado. Neste sentido as técnicas apresentaram os valores praticados atualmente e que
211 seriam necessários para a manutenção do atendimento mas observaram que existe a
212 possibilidade da revisão destes valores em decorrência de pedidos das próprias entidades tendo
213 em vista que o valor praticado não recebe reajuste desde o ano de 2009, neste sentido, os
214 recursos minimamente necessários são os que seguem: Pequeno Cotoengo do Paraná – Para
215 atendimento de 123 pessoas com deficiência: Valor total para 16 meses de execução: R\$
216 1.905.535,68. APAE Curitiba – Para atendimento de 35 pessoas com deficiência: Valor total
217 para 16 meses de execução: R\$ 420.000,00. Socorro aos necessitados – Para atendimento de
218 15 pessoas idosas: Valor total para 16 meses de execução: R\$ 293.110,24. Ação Social do
219 Paraná – Para atendimento de 50 pessoas idosas: Valor total para 16 meses de execução: R\$
220 934.432,00. **Parecer da Comissão:** Aprova a reserva dos recursos minimamente necessários e
221 detalhados acima e solicita que a CPSE retorne ao conselho quando estiver em posse dos novos
222 valores para que este conselho aprove a complementação dos recursos. **Parecer do CEAS:**
223 **Aprovado. Emendas Parlamentares:** As técnicas Consuelo e Carmen da Coordenação de
224 Proteção Social Especial trouxeram para a comissão o histórico sobre a questão das emendas
225 parlamentares, lembrando que o conselho já havia aprovado a apresentação de projetos para
226 recebimento de recursos originários de três emendas parlamentares federais. Os projetos
227 passaram por adequações necessárias para que os mesmos pudessem avançar na avaliação
228 pelo MDS e foram encaminhados e atualmente estão em fase de avaliação pelo ministério e
229 podem concluir tanto com a aprovação como pela negativa da liberação dos recursos.
230 Informaram ainda que, quanto ao projeto destinado a implantação de residência inclusiva, em
231 conversa com a equipe do MDS foi verificado que talvez fosse mais adequado redirecionar o
232 pleito do recurso da residência inclusiva para o fortalecimento da proteção social de média
233 complexidade para disponibilidade de veículos para o atendimento dos CREAS. Neste sentido a
234 coordenação solicita a aprovação deste conselho para o projeto que previa recurso para
235 residência inclusiva seja transformado em um projeto para aquisição de veículos para os CREAS.
236 **Parecer da comissão:** Aprova a solicitação da Coordenação, para que a mesma substitua o
237 projeto de residência inclusiva por um projeto de aquisição de veículos para o atendimento dos
238 CREAS. **Parecer do CEAS: Aprovado. * Balancete do FEAS – Abril/2014.** Retirado da pauta,
239 a ser apresentado na plenária de junho. - Aprovada a Proposta. Em alguns momentos da
240 explanação do relatório foram referidos alguns convênios, a exemplo daqueles dirigidos à
241 manutenção e atendimento ao reordenamento institucional. Houve a interferência do Procurador
242 do Estado, **Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues** informando poder aprovar esses itens em
243 conjunto com os Conselheiros, no entanto torna-se necessário separar a sua atuação como
244 membro do Conselho (PGE) e também integrante do Núcleo Jurídico (SEDS). Deixou claro não

245 ver problemas quanto ao mérito, porém envolve-se recursos que estarão sujeitos a “Lei eleitoral
246 de numero 9504/97, que proíbe a distribuição de bens, serviços e benefícios a entidades
247 assistenciais, sem que haja uma lei previa.” Dada a relevância da questão, o **Procurador e**
248 **Conselheiro Dr. Diogo Rodrigues** desejou consignar em ata o fato de não ter objeção ao
249 mérito é importância dessas ações, mas é possível que futuramente alguma dessas deliberações
250 possam enfrentar um óbice eleitoral (ser Abortada) podendo ser postergada. Interferiu o **Vice-**
251 **Presidente Leandro Meller**, apontando que a colocação do **Procurador Dr. Diogo**
252 **Rodrigues** tem pertinência, assim o que se aprova é a apresentação do projeto. Concordou a
253 Presidência, recomendando que o seu parecer constasse em ata e não na conclusão da
254 Comissão. ***Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização – Relatora :**
255 **Conselheira Ataise 2.1) Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente no**
256 **SUAS. Encaminhamentos: 2.1.1)** Tatiana relata que a SEDS está enfrentando dificuldades
257 para coletar orçamentos que permitam o desenvolvimento do processo licitatório para execução
258 dos cursos. Daniel relata que a SEAB também tem enfrentado a mesma dificuldade para
259 compras. Empresas têm sinalizado que não tem interesse em enviar orçamento devido ao
260 período final de gestão. Mesmo assim, a SEDS irá insistir mais uma semana para tentar estes
261 orçamentos. Caso não cheguem, serão verificadas outras possibilidades para execução dos
262 cursos, como parcerias com outros órgãos públicos. Tatiana também esclarece que algumas
263 ações do PEC tem sido desenvolvidas sem custos, como ações de educação à distância. **Parecer**
264 **do CEAS: Ciente. 2.1.2)** Além deste processo, Tatiana também informa que os Escritórios
265 Regionais da SEDS passarão a divulgar informações e colher inscrições para os cursos do
266 CapacitaSUAS/2012. Foi sugerido que conselheiros de mandatos anteriores também possam ser
267 contemplados com vagas, tendo em vista sua participação contínua nos espaços de controle
268 social dos municípios no CAPACITASUAS/2013, sendo que coordenação verificará a possibilidade
269 do atendimento. **Parecer do CEAS: Ciente. 2.1.3)** Ainda em relação à política de Educação
270 Permanente, Tatiana apresenta minuta de Resolução para a instituição de Núcleo Estadual de
271 Educação Permanente - NEEP-SUAS, prevendo a participação do CEAS e CIB. Justifica-se a
272 necessidade da criação deste Núcleo para adequação aos parâmetros nacionais de gestão do
273 trabalho no SUAS. Além disso, a resolução permitirá validar certificados das ações de formações
274 e qualificação adquiridos externamente aos percursos formativos previstos na PNEP, bem como
275 certificação e carga horária não estabelecida na PNEP. **Parecer da Comissão: 2.1.1 – Ciente.**
276 **2.1.2 - Ciente.** A comissão aprova que conselheiros cujos mandatos terminam este ano deverão
277 ser incluídos como público-alvo em vagas remanescentes no curso do CapacitaSUAS voltado ao
278 controle social. **2.1.3 -** A comissão sugere à Plenária a autorização de publicação de resolução
279 da SEDS onde esteja prevista a participação de representante do CEAS. **Parecer do CEAS:**
280 **Aprovado.** Em dado momento, a **Coordenadora Tatiana Possa (SEDS)**, apresentou ao
281 plenário o **Sr. Amilton**, pessoa de referência do Capacita SUAS na Coordenação de Gestão do
282 SUAS. Após as apresentações, a **Presidente Roseli** mais uma vez parabenizou a equipe pelo
283 efetivo trabalho realizado, no que se refere a organização do núcleo e do **Plano Estadual de**
284 **Capacitação e Educação Permanente no SUAS**, a ser apresentado em Brasília. **2.2)**
285 **Protocolado n.º 13128421-7 – Informações sobre os procedimentos para**
286 **implementação das deliberações da X Conferência Estadual de Assistência Social;**
287 **Encaminhamentos:** Tendo em vista ofício do CEAS expedido em março/2014, a AT-SEDS
288 encaminhou memorando a todas as coordenações técnicas da SEDS no âmbito do SUAS,
289 solicitando a implementação das medidas que dizem respeito às competências de cada uma
290 delas. **Parecer da Comissão:** Solicita-se que, quando da implementação das ações, seja
291 enviado relatório a esta comissão para apreciação e análise. Também sugere-se que estes
292 relatórios de execução sejam divulgados aos conselhos municipais de assistência social.
293 **Parecer do CEAS:** Aprovado. **2.3) Panorama PMAS 2014; Encaminhamento:** A
294 coordenação de Gestão do SUAS apresentou o panorama de municípios que não enviaram seus
295 Planos Municipais de Assistência Social aprovados pelos CMAS. Percebeu-se que apenas 15
296 municípios do Estado não cumpriram com esta obrigação (3,76% dos municípios do Estado). A
297 CGS está fazendo uma análise de todos os Planos enviados para dar uma devolutiva aos
298 municípios quanto os itens mínimos previstos na NOB-SUAS/2012 e a autoria dos textos. Serão
299 discutidas na CIB medidas para os municípios que estão com pendências. A conselheira Ataise
300 observa que é importante que as senhas de acesso das equipes municipais ao sistema
301 disponibilizado pela SEDS para anexar os Planos permitam a visualização dos arquivos
302 postados. A SEDS/CGS comprometeu-se em viabilizar o aprimoramento do sistema. **Parecer da**
303 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. 2.4) Protocolo n.º 13172099-8 – confecção**
304 **de material gráfico (cartilha informativa e guia de orientações sobre o benefício**
305 **Renda Família Paranaense); Encaminhamento:** Tendo em vista a grande quantidade de

306 beneficiários que não tem retirado o recurso do benefício Renda Paranaense nos últimos três
307 meses, a SEDS está elaborando material informativo, com o objetivo de informar os usuários
308 quanto aos procedimentos para saque, evitando cancelamentos. Levantou-se a necessidade de
309 aprimorar a orientação também os agentes do sistema bancário para que também estejam
310 aptos a informar quanto a estes procedimentos. A SEDS está consultando o Tribunal Regional
311 Eleitoral quanto aos parâmetros de produção e distribuição deste material em consonância com
312 as regras específicas de divulgação de informações sobre programas governamentais em anos
313 de eleições. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **A técnica**
314 **Paula (SEDS)** abriu um espaço para comunicar que atendendo ao CEAS, a equipe do Programa
315 Família Paranaense elaborou uma proposta para a confecção do material, abrangendo cartilhas
316 informativas e guias de orientação sobre o benefício Renda do Programa. Completou dizendo
317 que cerca 20 mil famílias deixaram de sacar o benefício, referente a dezembro e janeiro.
318 Considerando os aspectos mencionados, o **Conselheiro Artur** ainda mencionou que no seu
319 Município (Foz do Iguaçu) no final de abril foi visto que as famílias haviam perdido o mesmo
320 benefício referente a janeiro e fevereiro. ***Comissão de Documentação e Rede**
321 **Sócioassistencial – Relatora:- Helena Navarro Gimenez. 3.1 Protocolado nº 12.168.413-**
322 **6: Inscrição do ICIS no COMAS de Maringá:** Assunto retirado de pauta. A Secretária
323 Executiva informou que o ICIS recebeu o ofício do CEAS no dia 22/04, e a partir desta data, a
324 Entidade tem 30 dias para retornar ao CEAS. **Inclusão de pauta: Apresentação da planilha**
325 **de controle das Entidades que apresentaram Recurso ao CEAS/PR:** A Secretária
326 Executiva apresentou a planilha de controle dos pedidos de análise de recursos protocolados
327 na Secretaria Executiva desde o ano de 2012. Informou que no mês de abril duas Entidades
328 protocolaram pedido: Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS e Associação de
329 Moradores e Amigos do Bairro Vila Gusso, ambas tiveram suas inscrições indeferidas e
330 canceladas pelo CMAS de Curitiba. Por conta de ausência de documentações das Entidades e
331 ausência dos pareceres do CMAS de Curitiba, a Secretaria Executiva solicitou a complementação
332 de documentação. Tão logo sejam encaminhadas as documentações faltantes, a Comissão de
333 Documentação analisará os pedidos de análise das Entidades. **Parecer do CEAS:** Ciente. *****
334 **Comissão de Políticas Sociais – Relator Conselheiro Plínio.** Estudo atualizado dos
335 critérios para hierarquização dos municípios para expansão do Programa Família Paranaense;
336 **PARECER DA COMISSÃO: Aprovado a apresentação PARECER DO CEAS: Ciente.**
337 **Minuta de deliberação da atualização dos critérios para hierarquização dos**
338 **municípios para expansão do Programa Família Paranaense:** Apresentação do Estudo a
339 fim de elencar os municípios prioritários IPDM 2011, CENSO 2010 e o Percentil 75 no IVFPR
340 de 2013. - Critérios: O IPDM (indicadores Emprego e Renda, Produção Agropecuária 7,
341 Educação 12 e Saúde 3 indicadores). Percentual de População de Extrema Pobreza + IVF/PR
342 (19 indicadores obtidos do CADÚNICO). = Elaborou-se o Índice de Hierarquização dos
343 Municípios. **Minuta de Deliberação para Expansão do PFP:** a UTPFP se antecipa na
344 proposta de ranquear os futuros municípios para a próxima expansão, principalmente na
345 hipótese de algum município desista do PFP. Protocolo Nº 13.175.790-5: O jurídico precisa do
346 parecer do CEAS para depois fazer suas considerações. A Comissão acatou a minuta
347 apresentada. **PARECER DA COMISSÃO:** o CEAS recomenda que os municípios que ainda não
348 atualizaram os cadastros do CADÚNICO da versão 6 para versão 7 a fim de elencar as famílias
349 de acordo com o IVF/PR, visto que este utiliza-se apenas da versão 7 do Cadastro Único para
350 seu cálculo, recomenda-se um ofício aos municípios do Estado a respeito da atualização do
351 cadastro Único. A comissão ACATA A MINUTA DE DELIBERAÇÃO. Caso exista a assistência
352 espontânea do PFP que o município seja de encaminhado para a Comissão de
353 Acompanhamento aos CMAS. **PARECER DO CEAS:** Aprova o parecer da comissão devendo ser
354 encaminhado ofício circular aos 399 municípios e publicada deliberação conforme minuta
355 aprovada pela comissão. **Protocolo 13.172.099-8 - confecção de material gráfico**
356 **(cartilha informativa e guia de orientações sobre o benefício Renda Família**
357 **Paranaense):** Material para divulgação do Renda PFP. Cartilhas para as famílias e outra para
358 Técnicos do CRAS. O orçamento preliminar é de R\$ 71.591,00 – 100.000 cartilhas e 1.000
359 informes técnicos. Houve ainda, uma outra proposta para um vídeo para colocação de mídia a
360 fim de ampla divulgação e será elaborado novo protocolo. **PARECER DA COMISSÃO:** Aprovado.
361 **PARECER DO CEAS:** Aprovado. Foi esclarecido pela **Conselheira Marcela (Grupo Financeiro**
362 **da SEDS)** que recursos para material gráfico já estão previstos dentro das deliberações
363 existentes. Tal ação ficará a cargo da Secretaria de Comunicação, através de uma termo de
364 cooperação. **Estudo para o recebimento da 2ª parcela do Incentivo Família Paranaense:**
365 No dia 16 abril foi realizada a webconferência com Ers para esclarecimentos e auxílio aos
366 municípios para monitoramento do recebimento da 2ª parcela deste incentivo – o município
367 deve acompanhar 7 ações para a próxima parcela, 2 parcelas de R\$ 18,118,70 no pagamento

368 fundo-a-fundo. - Preenchimento do formulário – aspecto para investigação, das 40 famílias
369 acompanhadas, com atualização a cada 4 meses.- Atualização no CADÚNICO para
370 monitoramento do seu índice, por isso, anual para o PFP – 1577 famílias.- Acompanhamento
371 das violações de direitos pela equipe de proteção social especial.- Garantida que todos os
372 componentes da família tenham documentação básica.- Inclusão da família em serviços em PSB
373 e PSE.- Identificação e Articulação de famílias que não acessaram o BPC. Efetivação de 25%
374 das ações pactuadas com as famílias. **PARECER DA COMISSÃO: Ciente e a Unidade**
375 **técnica do Família Paranaense lembra que o informe técnico a respeito do incentivo**
376 **está disponível no site da SEDS. PARECER DO CEAS: Ciente. Panorama do Pagamento**
377 **do Incentivo Família Paranaense: Atualização do financiamento do Incentivo PFP.** - 7
378 MUNICÍPIOS não fizeram adesão ao incentivo - 81 Municípios foram pagos - 6 municípios estão
379 em análise do Plano de Ação - 6 municípios aguardando correção - Totalizando 100 municípios.
380 PARECER DA COMISSÃO: Ciente. PARECER DO CEAS: Ciente. **Panorama pagamento do**
381 **Renda Família Paranaense:** Não houve atualização do quadro, pois a CEF ainda não
382 informou os dados de abril. Sendo que foi enviado para a caixa um número total de 94.408
383 famílias e após análise da caixa ficou definido que 93,936 famílias receberiam o benefícios,
384 totalizando um valor de 2,866,090,00. **PARECER DA COMISSÃO: Ciente. PARECER DO**
385 **CEAS: Ciente. Calendário das conferências municipais e estadual do Direito da Pessoa**
386 **Idosa:** Resolução 006/2014 Comissão Temporária do CEDI. - Etapa Municipal até Dezembro de
387 2014. - Etapa Estadual – até julho de 2015. - Etapa Nacional – outubro de 2015: As
388 Conferências no Estado do Paraná acontecerão após a consulta ao TRE e TC para observar as
389 questões de eleições e as licitações neste período. TEMA; Protagonismo e Empoderamento da
390 Pessoa Idosa por um Brasil de todos os idosos. PARECER DA COMISSÃO:Ciente. PARECER DO
391 CEAS: Ciente. **Apresentação da agenda de trabalho 2014 da Coordenação de Renda e**
392 **Cidadania/SEDS.** Apresentação CRC- Coordenação de Renda e Cidadania/SEDS – tiveram em
393 março no MDS reunião para elaboração de uma agenda de trabalho para 2014. • Propôs
394 naquela agenda monitorar os municípios prioritários – com índices baixos de desempenho na
395 gestão do Cadastro Único: TAC – Taxa de Atualização Cadastral, TAFE – Taxa de
396 acompanhamento na Frequência Escolar - TAAS – Taxa de Acompanhamento na Saúde. O
397 Estado fará nova listagem de prioridades no atendimento, a partir dos estudos do IPARDES – e
398 IGD-M, dos municípios com índices baixos de desempenho que apontam a necessidade de
399 assessoramento. Igualmente serão acompanhados os municípios com execução do IGD_M
400 inferior a 30% dos recursos disponibilizados e apoio aos municípios com pendências nas
401 prestações de Contas 2009- 2012. O gestor do FMAS deve prestar contas ao CMAS e aprovar ou
402 não esta prestação de contas e lançar no sistema SUAS-web- Foi realizada uma Webconferência
403 sobre esta questão no dia 07 pp com a participação do Coordenador Geral de Execução
404 Orçamentária e Financeira da SENARC/MDS que indicou a existência, no estado de 14
405 municípios com pendências. Será enviado e-mails aos gestores para auxiliar esta prestação de
406 contas, e por último, ofício para os Prefeitos. A Coordenação Estadual Intersetorial do CadÚnico
407 e PBF conta com representantes da educação – no acompanhamento da frequência escolar, da
408 saúde – no acompanhamento das condicionalidades da saúde, IPARDES e Secretaria do
409 Trabalho e Economia Solidária, SETS .Nos municípios há dificuldades no diálogo entre essas
410 políticas e se faz necessária a estimulação para constituição de Coordenação Municipal
411 Intersetorial reunindo as áreas de atuação e realizando trabalho integrado. A CRC está
412 aplicando formulário nos municípios com diversas questões e em breve os dados serão
413 tabulados, faltando apenas 16 municípios para completar o levantamento. É objetivo da CRC
414 regularizar os Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de Controle Social do
415 Programa Bolsa Família, como determina a Res. 18 do CNAS pactuado na 124ª reunião
416 ordinária da CIB. Acompanhamento das Condicionalidades. A CRC agendou, para 2014, como
417 uma de suas prioridades o monitoramento e apoio ao acompanhamento das famílias em
418 descumprimento das condicionalidades, tendo como meta aumentar o acompanhamento em
419 20%. As famílias em suspensão por descumprimento de condicionalidades são as mais
420 vulneráveis e as que merecem maior atenção das ações da Assistência Social. Para apoiar o
421 município será programada, em Agosto, web-conferência sobre o principal instrumento de
422 gestão municipal do Programa Bolsa Família, o SigPBF. Cadastro Único – A CRC enfatizará em
423 suas ações a manutenção da Base do CadÚnico e fomentará o cadastramento de Populações
424 Tradicionais e Grupos específicos, e estimulará o cadastramento das famílias com benefícios
425 BPC. Igualmente acompanhará a averiguação cadastral e incentivará e atualização cadastral e a
426 busca ativa com foco no público da averiguação. Apoio a Gestão Municipal: ACRC incluiu na sua
427 Agenda 2014 a capacitação de entrevistadores para preenchimento dos formulários do CadÚnico
428 e a capacitação dos gestores municipais no aperfeiçoamento da gestão PBF. Agendou também
429 assessorar permanentemente os municípios, divulgando orientações para a melhoria de gestão.

430 ACESSUAS Trabalho (Programa de Acesso ao mundo do Trabalho no SUAS) – Em análises do
431 MDS, o Paraná obteve, em 2013, baixo desempenho na adesão ao ACESSUAS, ficando entre os
432 estados com piores desempenhos na proposta de inclusão produtiva. A CRC promoverá, nos
433 dias 20 e 21 de Maio, Oficina Estadual com o propósito de disseminar informações sobre a
434 operacionalização do Programa e dos focos de atuação dos programas de inclusão produtiva
435 com inscrições do público prioritário da Assistência Social nos programas de inclusão produtiva.
436 BPC Trabalho: A agenda prevê a disseminação de informações sobre o programa BPC Trabalho,
437 Viver Sem Limites e assessorar o desenvolvimento dos programas em parceria com demais
438 políticas envolvidas. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO, e, que o CEAS solicite as
439 informações sobre o PRONATEC BSM e sua base e dados a fim de acompanhamento das
440 famílias. Informe da CRC – Oficina de Inclusão Produtiva do Estado do Paraná – dias 20 e
441 21/maio no Auditório Mário Lobo – para 29 municípios que aderiram. PARECER DO CEAS:
442 Aprovado ***Intervalo para o Almoço.** *Retomadas as atividades às 13:30 horas.
443 Complementando, o **Conselheiro Nircelio Zobot (Coordenador da Renda e Cidadania)**
444 informou que somente agora essa agenda de trabalho foi apresentada, não sendo apenas para
445 conhecimento, mas também para apoio e acompanhamento. Fundamentando a questão, o
446 Coordenador afirmou que causa certo constrangimento o fato de só ter sido executado parte do
447 programado, já que as dificuldades são inúmeras. Tais ações devem ser acompanhadas pelos
448 Conselheiros. Indubitavelmente, o ideal seria ter executadas todas as ações programadas,
449 aplicando-se com eficiência os recursos do IGDE. O Professor **Nircelio Zobot** aproveitou o
450 ensejo para estender um Convite para a **Oficina de inclusão produtiva** do Estado do Paraná,
451 evento esse a ser realizado nos dias 20 e 21 de maio, no Auditório Mario Lobo-Palácio das
452 Araucárias destinadas a Municípios que procederam adesão e com maior número de vagas no
453 PRONATEC, proporcionando receber recursos do ACESSUAS Trabalho para mobilizar e inserir as
454 famílias da Assistência Social, tendo pois acesso aos programas de Inclusão Produtiva. Atentas
455 as colocações, a **Conselheira Marli** relatou que a Secretaria de Estado do Trabalho e Economia
456 Solidária (SETS) da qual faz parte, possui uma demanda importante relacionada ao PRONATEC
457 (PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO). **Edital 15/2013 -**
458 **Apresentação dos municípios habilitados e desabilitados.** PARECER DA COMISSÃO: Foi
459 realizado o estudo o qual finalizou conforme relação em anexo. PARECER DO CEAS: Aprova a
460 análise e o resultado encaminhado pela comissão bem como o envio de ofício do CEAS
461 informando aos municípios sobre sua desabilitação. Houve uma intervenção do Técnico Ricardo
462 (SEDS), quando pontuou o recebimento de 116 processos dos quais 112 estão habilitados e 51
463 não. Segundo ele, na próxima plenária será possível apresentar ao Colegiado o ranqueamento
464 desses municípios, por ordem alfabética. Levada ao plenário a sugestão para que os
465 Conselheiros procurem participar das reuniões dos Comitês Municipais, , cuja agenda será
466 repassada posteriormente. **Elaborou-se a agenda dos comitês regionais do Programa**
467 **Família Paranaense a fim de que os Conselheiros acompanhem, e que será enviada**
468 **via SEC a listagem dos representantes das secretarias participantes dos comitês**
469 **regionais.** PARECER DA COMISSÃO: Ciente. PARECER DO CEAS: Ciente. ***Itens inclusos**
470 **na pauta no período da manhã. *Cofinanciamento do PETI relativo à PSE/2014 –**
471 **Coordenadora Elenice Malzoni (SEDS)** O que se pretendeu explicitar foi que em 2013
472 assinou-se um termo de aceite com expansão e até hoje não foram depositadas essas verbas no
473 FEAS. Depois disso, recentemente, chegou o aceite para o Estado; assim será necessária a
474 assinatura da Presidência e a consequente deliberação até 28 de maio. Esclareceu que dessa
475 vez eram 17 Municípios e foram expandidas as ações para 65. A **Coordenadora Elenice**
476 solicitou a colaboração dos Conselheiros de cada região, para que estimulem os Municípios para
477 o termo de aceite, nas ações de erradicação do trabalho infantil. Esclareceu ainda que os
478 Municípios serão chamados e os Escritórios Regionais estarão atentos na elaboração de um
479 plano, visando garantir uma ação integrada. O critério de escolha basear-se-à no contido das
480 Resoluções nº 08/2013 e 10/2014 do CNAS. Referindo-se a apresentação do Relatório de
481 Gestão, a **Secretária Executiva Helena Gimenez** declarou ter encaminhado o documento
482 para os Conselheiros, Visando suas contribuições. No entanto alguns ainda não encaminharam.
483 Dando um suporte a **Presidente Roseli Tonello** demonstrou que deixar em branco não seria o
484 correto. Uma ação conjunta foi executada no Conselho e essa caminhada deverá ficar
485 registrada. Como nem todos tem acesso à internet, pensar num prazo curto para completar
486 esse relatório, contando até com o apoio dos demais Conselheiros que já findaram essa tarefa.
487 ***Prazo Final para as contribuições – 4º feira, dia 14 de maio. *Indicação dos representantes**
488 **para o Seminário do Plano Decenal – Na deliberação deverá constar o nome dos cinco**
489 **Conselheiros escolhidos. * Comissão constituída para revisão da lei de criação do**
490 **CEAS/PR. Presidente Roseli Tonello – Vice – Leandro N. Meller – Conselheiro Plínio (Soc.**

491 Civil)- Representante dos Escritórios Regionais- Conselheira Luciana ou Francielle – Er. Reg de
492 Ponta Grossa ou Francisco Beltrão, respectivamente. Na sequência, o **Conselheiro Vice-**
493 **Presidente Leandro Meller** informou que prosseguem os estudos, para a adequação da lei de
494 criação do CEAS/PR. No dia anterior, o residente técnico **Dr.Fernando Q. Cardoso Moura**
495 apresentou algumas propostas e sequentes discussões serão realizadas com as Coordenações
496 da SEDS. O SUAS está na LOAS e assim toda a legislação será trazida para um texto único. A
497 **Presidente Roseli Tonello** demonstrou toda a sua emoção ao ver essa revisão da lei –
498 possível de ser concretizada, na verdade um antigo desejo de deixar essa medida como legado
499 desse colegiado. Se não for possível publicar, pelo menos encaminhar para a Assembleia
500 legislativa, para que seja aprovada dentro do período de mandato do Conselho. ***Informação**
501 **da Secretaria Executiva.** Assembleia Extraordinária a ser realizada dia 16 de maio (Os
502 comprovantes das passagens deverão ser encaminhados ate 3º feira próxima para fins de
503 prestação de contas) ***Vagas para a Reunião Ampliada do CEAS/PR .** A **Presidente Roseli**
504 mostrou-se preocupada com o baixo numero de inscrições para a **Reunião Ampliada** do
505 próximo dia 6/06, já que nesta data o prazo estaria esgotado. Na verdade, o foco seria trazer
506 uma pessoa de cada Conselho Municipal; diante disso foi acatada a sugestão do **Vice-**
507 **Presidente Leandro**, de prorrogar o prazo até a próxima 5ªfeira para as inscrições. O
508 momento seguinte foi tomado pela **Secretaria Helena:** Essa deixou claro que de acordo com o
509 Regimento Interno essa convocação para as assembleias desse Colegiado deverão ser
510 expedidas com prazo anterior de 7 dias. Dessa forma os Conselheiros foram convocados em
511 **plenário** para comparecer a Assembleia Extraordinária no dia **16 de maio**, com expedição da
512 pauta posteriormente. Esclareceu o **Assessor Técnico Leandro Meller** que dessa vez, a
513 convocação sai do próprio Colegiado e não da Secretaria executiva. Na sequência, referindo-se
514 ao programa Família Paranaense, a **Coordenadora Letícia Reis** comunicou que atualmente
515 foram computadas 17 mil famílias incluídas no programa e o cadastro que as acolhe deverá ser
516 atualizado a cada ano. Já o valor do Bolsa Família foi aumentado em 10%. Informou ter
517 solicitado ao IPARDES para elaborar um estudo sobre o impacto desse aumento no orçamento.
518 Comunicou também que foram organizados vários pareceres técnicos sobre transferência de
519 renda, indicadores, conceitos e condicionalidades. Um Ofício do CEAS será encaminhado aos
520 Municípios,para que acompanhem de perto a renda das famílias. Houve a concordância da
521 **Presidente Roseli**, opinando ainda que o material que está sendo remetido é bastante
522 esclarecedor. *** Construção de CRAS em parceria com a COHAPAR. - Coordenadora**
523 **Gladys.** Houve um parentese que permitiu a fala da **Conselheira Gladys Tortatto**, no sentido
524 de informar o plenário que há dois meses atrás a COHAPAR fez contato a respeito dos locais
525 onde estão sendo construídos os imóveis do “Programa Minha Casa Minha Vida”. Soube-se que
526 6% do total do valor da obra, os Prefeitos deverão investir em equipamentos sociais. Segundo a
527 **Coordenadora Elenice Malzoni**, procedeu-se uma sondagem entre os gestores, com o
528 objetivo de informar, onde serão colocados os equipamentos. Será também discutido com o
529 Presidente da COHAPAR, onde irão acontecer essas ações. ***Sistema de Informações sobre**
530 **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC Conselheira**
531 **Gladys(SEDs)** * Dia 12- Pré-Conferencia do MDS – das 9 às 10:30 horas, com a abordagem
532 do assunto. Na última Resolução da CIT, esse serviço foi ampliado para a faixa etária de 18 a 59
533 anos. ***Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** com recursos do superavit 2012
534 do FIA, destinados tanto para entidades quanto para Municípios(Deliberado pelo CEDCA)
535 ***Adesão dos Municípios ao Programa BPC na Escola – Coordenadora Gladys.**
536 Atualmente já se ultrapassou 60% dos Municípios com previsão de 100% ate junho. Referindo-
537 se ao Plano Viver sem Limite, um ofício será encaminhado, visando a sensibilização. A
538 **Presidente Roseli** apontou que em Francisco Beltrão participou de dois Encontros e Algumas
539 situações, foram evidenciadas: - A Ausência do Escritório Regional e o baixo número de
540 participantes. Por coincidência, na ocasião o Governador encontrava-se na região e os prefeitos
541 não indicaram representações. Considerou ser primordial envolver de forma mais expressiva os
542 Escritórios Regionais. Fazendo um parênteses, o **Coordenador Nircelio Zabot**(Renda e
543 Cidadania) informou sobre uma consultora referenciada especificamente para o programa viver
544 sem Limites: - Trata-se da profissional **Paloma** que atende os Estados de Minas Gerais, Santa
545 Catarina e Paraná. Num informativo, a **Conselheira Elenice** colocou ter ocorrido uma reunião
546 da qual participaram a Diretoria Geral, Assessoria Técnica, Unidade Técnica da Sócio Educação.
547 Através de uma sugestão, foram estabelecidas funções e a Coordenadora de Proteção Social
548 Especial ficaria responsável por toda a orientação dirigida aos Escritórios Regionais(Meninos com
549 medidas sócio-educativas em meio aberto). No próximo dia 13, todos os professores e diretores
550 estarão reunidos na SEDS, com o objetivo de apresentar a metodologia de trabalho para um
551 grande projeto, solicitando financiamento para essa área. Da parte da **Conselheira Noemi**

552 **Brittes (SESA)** veio a informação de ter participado em 28 de abril, da criação do **Núcleo**
553 **Estadual de Prevenção a Violência e Cultura da Paz**, que teve aprovada a minuta de
554 decreto dessa criação, seguindo para apresentação do Governador do Estado. Trata-se de mais
555 uma instancia para discutir e propor o enfrentamento de todos os tipos de violência, com
556 reuniões mensais. Os conselheiros serão informados sobre essa sequencia de trâmites. Posto
557 isto, foi a vez do **Conselheiro Artur** (NASA de Foz do Iguaçu) fazer um breve relato sobre sua
558 participação na Reunião do Conselho Nacional, em Brasília. Diversos temas foram abordados
559 naquele relevante evento, tais como Parâmetro Orçamentário para 2015, Controle Social do
560 SUAS, Processo Eleitoral da Sociedade Civil, Acompanhamento aos Conselhos, entre outros. O
561 **Conselheiro Artur** trouxe consigo uma pasta contendo todo o material recebido, entre eles o
562 Manual Orientador. A guisa de informação, o **Coordenador Nircelio Zobot** (Renda e
563 Cidadania) distribuiu aos Conselheiros um folheto informativo sobre o DIA D (Ministério do
564 Trabalho). Nessa ocasião, as agências do Trabalhador estarão abertas, visando a inclusão de
565 pessoas com deficiência em oportunidades de trabalho e capacitação. Foi sugerido pela
566 **Presidente Roseli**, enviar esse mesmo convite para todas as APAES, cujos Presidentes estarão
567 reunidos em Curitiba no próximo dia 17. Diante disso a Secretaria Executiva enviará um ofício
568 para a Federação das APAES. ***Reunião no Município de Castro e Capacitação do FOREAS**
569 **- Conselheira Ataise.** Foi Relatado pela Conselheira que o Fórum da Região de ponta Grossa
570 tomou a Frente a empreitada e uma reunião ocorreu em maio. Com a Participação de oito
571 Municípios, Contando com técnicos, entidades e usuários, os participantes tiveram a feliz
572 oportunidade de ouvir o oportuno conteúdo explanado pelo Assessor Técnico e Vice-Presidente
573 do CEAS, **Leandro Nunes Meller** abordando: **"Organização dos Conselhos Municipais**
574 **quanto a participação das entidades do 3º setor e Política de Assistência Social"**
575 Falando de forma Dinâmica, o Conselheiro Leandro respondeu brilhantemente a todas as
576 indagações, deixando a platéia dirimida das suas dúvidas. Nessa Ocasão também foi construída
577 uma pauta para os próximos três meses e o palestrante já está convidado para integrar a 2º
578 reunião. Por sua vez o Vice-Presidente **Leandro Meller** deixou claro que foi uma grata
579 experiencia também conviver com a APAE do Município de Castro. No intuito de permitir que o
580 CEAS conheça o conteúdo explanado, solicitou a Secretaria Executiva que inserisse a sua
581 palestra na pauta do dia 16. Ao final, demandou-se a necessidade de compartilhar com os
582 Conselheiros, a calamidade que se abateu sobre o Município de Francisco Beltrão, assolado por
583 chuvas torrenciais que em apenas 1 hora chegaram ao volume referente a 1 mês e meio.
584 Semelhante a grande enchente ocorrida em 1983, os ribeirinhos perderam todos os seus
585 pertences e os prejuízos foram incalculáveis , para cerca de 1.000 pessoas. A **Presidente**
586 **Roseli** apontou o retrato do drama enfrentado, quando um conjunto Habitacional teve 19 casas
587 atingidas, revelando que o espaço onde foram construídas era completamente inadequando.
588 Registrou que o Governo do Estado encaminhou com brevidade roupas, cobertas e alimentos,
589 na tentativa de minimizar a triste situação. Nos seus momentos finais, o plenário recebeu da
590 **Presidente Roseli** os agradecimentos pela participação, bem como mais uma das belíssimas
591 mensagens que fazem parte do seu acervo cultural. Vivenciando um dia de profícuos trabalhos,
592 a Presidente ainda rememorou o dia Dedicado às Mães, na verdade figuras comparadas a uma
593 porta que possui além da função de acolher, proteger e servir, por mais dores que se tenha de
594 enfrentar. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS),
595 digitada e formatada por Lucas Calisto, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.